

POVO ALGARVIO

SEMANÁRIO REGIONALISTA

(AVENÇA)

EDITOR E PROPRIETARIO
MANUEL VIRGÍNIO PIRES

Redacção e Administração
Rua Dr. Parreira, 13 — TAVIRA — Telef. 127

DIRECTOR

ISIDORO MANUEL PIRES

ASSINATURAS

Série de 10 números — No concelho de Tavira. . 8\$00
» » 10 » — Para outras localidades . 9\$90

Composição e Impressão
Tipografia «POVO ALGARVIO» — Tavira

O Legado Pontifício às Comemorações Xaverianas na Índia Portuguesa

EM BOA hora, o papa Pio XII delegou no cardeal patriarca de Lisboa, figura precípua do episcopado português, a missão de o representar nas solenidades com que, em Goa, se celebrou o quarto centenário da morte de São Francisco Xavier. Membro do colégio cardinalício, tão bem dotado de cérebro como de coração, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, já por ser um dos mais ilustres príncipes da Igreja de Cristo, já por ser uma das mais eminentes figuras da intelectualidade de Portugal, correspondia, perfeitamente, rigorosamente, às exigências do seu cargo eventual de legado a latere do Sumo Pontífice. A sua inteligência e a sua sensibilidade, que tão cedo o elevaram às honras da púrpura, têm sido, por mais de uma vez, premiadas com delicadas incumbências do chefe supremo da Cristandade. Desta vez, mais importante não poderia ter sido a missão de que o papa Pio XII encarregou o cardeal patriarca de Lisboa. Outra oportunidade tão cedo não se proporcionará à Igreja de Cristo de prestar homenagem ao jesuíta genial que o «Piedoso» mandou ao Oriente longínquo para dilatar a fé cristã. É mais conveniente e avisada não poderia ter sido a escolha do Sumo Pontífice, que a um cardeal italiano ou doutra nacionalidade preferiu um cardeal português, não só honrando Portugal, mas também promovendo uma representação condigna. Só um cardeal português, na verdade, compreenderia e sentiria, em toda a plenitude, o significado transcendente das comemorações xaverianas na Índia portuguesa.

Acompanhando o legado pontifício, em missão profissional, facultou-se-nos, naturalmente, o conhecimento directo da personalidade inconfundível de D. Manuel Gonçalves Cerejeira. Nunca, de certo, se aplicará com mais propriedade e exactidão a consabida expressão inglesa *the right man in the right place* do que aplicando-a ao legado pontifício a Goa. Vendo-o e ouvindo-o, como o vimos e ouvimos, desde o princípio até ao fim da viagem, uma viagem que ficará memorável e histórica para Portugal e a Índia portuguesa, fácil nos foi verificar quanto o papa Pio XII acertara na escolha do seu representante. Pela sua figura atraente, de atitudes sóbrias e distintas maneiras, pela sua palavra persuasiva, que não carece de arrebatar-se para quem a escuta, pela simplicidade e pela lhaneza do seu trato pessoal, que, simultaneamente, inspiram respeito e veneração, pela cultura que do seu cérebro irradia e pela ternura que emana do seu coração, D. Manuel Gonçalves Cerejeira foi, sem dúvida o melhor embaixador do Santo Padre, por um lado, e, por outro, o melhor embaixador da cristandade portuguesa que poderia ter apresentado as suas credenciais à cristandade goesa e ter prestado honras pontificias ao mirrado corpo do Apóstolo das Índias. Todos os cristãos portugueses, da Metrópole e do Ultramar, têm motivo de sobra para se congratular com a viagem do cardeal patriarca de Lisboa à Índia portuguesa, investido em tão grave função. Se a Igreja de Cristo se prestigiou com a presença do ilustre purparado português em Goa, Portugal não se prestigiou menos. Embora representante directo de Sua Santidade, o legado pontifício foi, também, de certo

Continua na 2.ª página

Por esse Mundo fora... A Alimentação PÚBLICA

Com 73 anos, faleceu em Copenhague a rainha Alexandrina, viúva do rei Cristiano e mãe do rei Frederico da Dinamarca. Filha do grão-duque Frederico Francisco III de Mecklemburgo-Schwerin, reinou durante 35 anos, em que se ocupou sempre com interesse dos problemas dos seus súbditos.

A hora de escrevermos, continua a crise governamental francesa, pela demissão de Pinay. Depois de Soustelle, da União do Povo Francês, Bidault, do Movimento Republicano Popular, desistiu de formar ministério.

Continua na 7.ª página

A ALIMENTAÇÃO pública constitui, nos tempos que vão correndo, um problema social da maior importância. Muito se pode fazer, partindo da iniciativa privada, mas estes esforços isolados precisam ser ordenados dentro de um plano, cuja execução deve pertencer ao Governo da Nação.

Mas haverá necessidade de encarar o problema da alimentação como problema de governo?

A afirmativa parece ser a

Este número foi visado pela Delegação de Censura

única resposta aceitável. A comunidade é, com efeito, tanto mais produtiva e possuirá tanta maior capacidade de resistência, quanto maior for o valor fisiológico dos indivíduos que a compõem.

Hoje, que tão divulgada se encontra a ideia de cultura física, através das práticas desportivas e de outras manifestações, com vista ao revigorecimento e valorização do indivíduo, por que não pensar-se na simultânea resolução do problema da alimentação, complementar e interdependente do problema da educação física?

É fora de dúvida que existe interesse pela valorização do indivíduo, como elemento prestante e vital no rendimento do trabalho nacional. Se assim é, por que se encara o seu desenvolvimento físico antes de lhe darmos uma alimentação cuidada e apropriada, ou de nos certificarmos se dispõe das condições alimentares necessárias ao esforço que lhe exige a cultura física?

Não é preciso ir mais além para evidenciar o aspecto social da questão.

Também não queremos deixar de pôr em evidência uma faceta do problema, tratada sem base científica, mas em generalização crescente e de vulgarização socialmente utilitária. Referimo-nos ao *salário mínimo* estabelecido para inúmeras profissões. Que presuppõe a determinação de um *salário mínimo*? Que se fez, pelo menos, um inquérito sobre a alimentação de determinado grupo social ou de determinada profissão. E que, feito esse inquérito, se encontrou a remuneração mínima indispensável para a manutenção do indivíduo de determinada profissão, atendendo ao seu esforço quotidiano, às necessidades de vestuário e de alojamento.

Todos nós sabemos que assim não é, mas que assim devia ser.

E que conhecemos nós dos hábitos alimentares? Alguma coisa se sabe, mas não o suficiente para se determinar até que ponto vão contribuindo para um afinamento lento e progressivo das populações e se seria conveniente uma intervenção no sentido de os modificar. Sabe-se, contudo, o suficiente, para podermos dizer que, nestes últimos anos, algumas modificações se deram nos hábitos alimentares, e benéficas, pode dizer-se afoitamente.

Nos Estados Unidos da América do Norte, onde os problemas da alimentação são encarados e estudados em pormenor, pode dizer-se que cerca de oitenta por cento da população se alimenta convenientemente. E atribui-se a este facto uma das razões do progresso da civilização americana. Conclui-se mesmo, em resultado dos estudos científicos e em face da experiência, que só as nações bem alimentadas

O Algarve e o Plano de Fomento A defesa dos seus mais legítimos interesses

feita na Assembleia Nacional pelo ilustre Deputado Eng. Sebastião Ramirez

É bom que todo o Algarve saiba que não está esquecido. Foram votados 90.000.000\$00 para obras do Plano de Fomento, cujos trabalhos se iniciam já no corrente ano. Conforme prometemos aos nossos leitores, publicamos a seguir o estudo apresentado pelo ilustre deputado algarvio, sr. Eng. Sebastião Ramirez, na sessão da Assembleia Nacional de 11 de Dezembro findo.

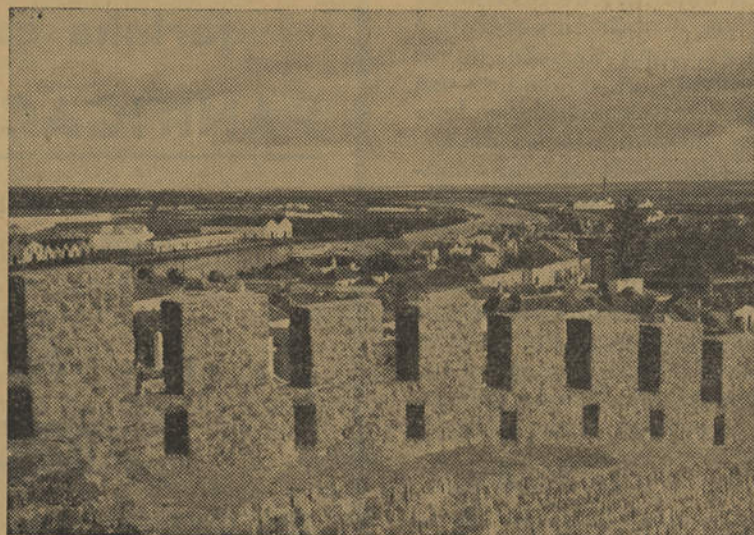
Sr. Presidente: enfileiro ao lado de todos aqueles que, depois de lerem a proposta do Governo sobre o Plano de Fomento e meditarem nos benefícios que dele advirão para a melhoria das condições de vida do País, para o seu progresso económico e para elevar os rendimentos individuais, sentiram mais forte o orgulho de terem nascido portugueses e maior a gratidão que devem à personalidade inconfundível de S. Ex.ª o Sr. Presidente do Conselho e à sua excepcional capacidade de realização, que a História colocará ao lado dos nossos maiores e entre aqueles que

mais trabalharam para o nosso progresso e para o prestígio de Portugal no Mundo.

Vozes — Muito bem!

Depois de um tão longo debate, em que tomou parte a maioria dos ilustres Srs. Deputados que apreciaram a proposta com a maior inteligência e objectividade, hesitei muito em subir à tribuna. É que receava naturalmente repetir com menos brilho questões já ventiladas ou apreciar com menos competência o desenvolvimento de problemas que já foram objecto de larga e meritória contribuição para o seu melhor esclarecimento.

Limitar-me-ei, por isso, a



Um aspecto de Tavira vendo-se ao fundo o ssapais



Sr. Eng. Sebastião Ramirez

fazer algumas notas sobre as possíveis repercussões do Plano na economia, no desenvolvimento e no progresso do Algarve.

O Algarve é das províncias pior servidas pela energia eléctrica e onde os preços são mais altos

O Algarve, com 5.121 quilómetros quadrados de superfície e uma população de 326.000 habitantes, é das províncias que tem mais baixas captações de electricidade, com a média de 18 kWh por habitante, oscilando, nas zonas electrificadas, entre o mínimo de 2,3 kWh por habitante no concelho de Monchique e 58,6 kWh no de Faro.

Afastado dos principais centros consumidores, sem electricidade em quantidade e a preço razoável, o Algarve não tem acompanhado, como merecia, o progresso do País.

Continua na 3.ª página

Continúa na 2.ª página

A força das finanças PORTUGUESAS

HÁ construções que resistem a todos os vendavais e às inclemências do tempo. A obra financeira de Salazar foi lançada na vida da Nação com esta formidável consistência. Guerras e crises económicas, planos de rearmamento, planos de fomento económico, não alteraram a estabilidade financeira dos orçamentos salazarianos. Sempre se afirmou e a experiência da história o tem confirmado que, na base sólida dum grande política ou prosperidade nacional, está a segurança de finanças sãs e equilibradas. Essa trave mestra da vida portuguesa foi definitivamente erguida pelo génio financeiro de Salazar.

Não é belo o orçamento espectacular e tecnicamente bem expresso. É útil e bom apenas o orçamento que basta às necessidades e progresso da Nação e esteja elaborado de acordo com os recursos da população. Orçamento que assente sobre meios que não podem ser arrecadados ou que atrofie as actividades económicas da Nação é nefasto e prejudicial.

O tempo tem-se encarregado de revelar que as tributações salazarianas constituíram um estímulo para a economia nacional que, de ano a ano, criou melhores alicerces e obteve êxitos e incontestáveis progressos.

Os profetas apocalípticos cansaram, até se calarem, com os prognósticos sobre as catástrofes e o fim trágico das medidas financeiras de Salazar. Em flagrante contradição com os seus prognósticos, o potencial da indústria quadruplicou, as suas unidades dobraram, a construção civil desenvolveu-se prodigiosamente, chegando Portugal a atingir o zénite do índice de novas moradias durante alguns anos. Todas as actividades agrícolas, florestais e industriais foram fortemente impulsionadas, multiplicando-se os depósitos bancários e criando-se no estrangeiro uma cotação sem paralelo para a nossa moeda e para o nosso bom nome comercial.

Não é uma figura de retórica o lugar comum dos elogios a Portugal, expressos por individualidades de todos os países e de todos os credos políticos. Sabem-no bem os milhares portugueses que visitam a Europa e que podem estabelecer confronto com as realidades vivas dos países do nosso Continente.

Na balança do comércio europeu, Portugal tem mantido os maiores saldos de créditos em dólares. A crise política da França deve-se principalmente à fragilidade financeira

ra dos orçamentos, que transformam os seus governos em mendigos de todo o Ocidente, à procura de créditos e de empréstimos.

Portugal aprovou um grande Orçamento para 1953, de contas criteriosamente distribuídas e com um saldo positivo de 223 mil contos, que vão entrar no financiamento do Plano de Fomento Económico e no apetrechamento bélico da Nação, especialmente na Arma da Aviação.

Continua-se a comprimir todo o gasto inútil e a fazer economias com actividades não tidas como de primeira necessidade. O analfabetismo vai ser atacado com o peso dos recursos financeiros do presente orçamento, que é mais uma página do alto prestígio para a superior administração de Salazar.

Diamantino Gomes

Homenagem

Ao nosso conterrâneo, sr. Capitão Joaquim dos Santos Farrajota, foi prestada em Elvas, pela Direcção da Corporação dos Bombeiros Voluntários daquela cidade, uma tocante e significativa homenagem, pelos benefícios prestados àquela humanitária Instituição.

Foi descerrado o seu retrato no gabinete da Direcção, ao som da marcha de continência, tocada pelo terno de clarins, tendo nesse momento solene usado da palavra diversas individualidades.

Em seguida foi-lhe oferecido um porto de honra.

Associamo-nos à justa homenagem prestada ao nosso conterrâneo.

Formatura

Com elevada classificação defendeu tese de Engenheiro Agrónomo, no Instituto Superior de Agronomia, de Lisboa, o sr. Henrique Manuel Rocheta Cassiano, filho do nosso prezado amigo sr. Dr. Armando Cassiano, distinto professor do Liceu de Faro.

Ao nável Engenheiro Agrónomo e a seus pais endereçamos as nossas felicitações.

VENDE-SE

Uma propriedade na Foupana — Moncarapacho — Olhão, com oliveiras, amendoeiras, terra de semear e casas de moradia com diversas dependências.

Quem pretender dirija-se a Ilídio da Costa Teixeira — Tavira.

A alimentação pública

(Continuação da 1.ª página)

podem esperar conquistas de progresso e de civilização.

A segunda Guerra Mundial deu aos países que entraram na luta grandes possibilidades e obrigou-os a estudar a fundo os problemas da alimentação. Os inquéritos alimentares são frequentes nos Estados Unidos e na Inglaterra, países que marcham na vanguarda da revolução alimentar, e os institutos de investigação científica trabalham constantemente.

E, em Portugal, que se tem feito neste capítulo? Será apenas necessário, ou melhor, será condição indispensável viver-se num país rico, dispondo, portanto, de largos recursos materiais? Ou bastará uma vontade, algum dispêndio e uma directiva firme no sentido de ordenar e pôr em marcha, um problema já hoje nada fácil e amanhã excessivamente complicado e quase insolúvel?

Pode argumentar-se que, se se tentasse um estudo desta natureza no nosso País, levando a cabo inquéritos alimentares e efectuando ou recomendando rações alimentares adequadas às profissões, às idades e estados de saúde, respeitando tanto quanto possível os hábitos alimentares, nos encontraríamos em presença de problemas insolúveis. Aqueles que assim pensam, as suas opiniões são apenas superficiais. O custo da dieta normal apropriada à exigência da profissão, na maior parte dos casos, será mais baixo do que a alimentação agora praticada em regime de gula e absolutamente indiscriminário.

Que se torna necessário que os salários mínimos correspondam às necessidades da alimentação, vestuário e alojamento, não há dúvida alguma a esse respeito, mas isso não obsta que, enquanto isso não sucede, o problema da alimentação deva ficar sem solução adequada ao momento e às condições de vida actuais. Uma solução, mesmo a título transitório, é sempre um passo em frente no bom caminho da evolução social que, diga-se de passagem, tem merecido os melhores cuidados ao Governo da Nação.

Parece, por conseguinte, lógico concluir-se que pode caminhar-se no sentido de pôr em equação o problema da alimentação, que naturalmente terá de ser encarado por fases.

Não é cedo, antes pelo contrário, que o problema se aborda. Não fazer coisa alguma neste capítulo, entregando-nos à lei do acaso, parece-nos o pior caminho.

Independentemente das actividades dos centros ou órgãos de investigação científica, na solução do problema da alimentação, não pode deixar de se considerar, como elemento activo, uma propaganda bem orientada e baseada nos ensinamentos da ciência nutricional.

Para obtenção de resultados positivos, o mais importante é que haja uma decisão sobre este assunto. A criação de um organismo que estude, vele e oriente a alimentação da comunidade impõe-se como medida de saúde pública e de grande alcance económico-social.

Não devemos deixar-nos distanciar mais dos países que olham e tratam destes problemas com toda a atenção e carinho, para não haver o sobresalto e a improvização habituais.

M. Verdades

O Legado Pontifício às Comemorações Xaverianas na Índia Portuguesa

Continuação da 1.ª página

modo e até certo ponto, representante directo de Portugal, não do Governo português, que representado esteve pelo ministro da Justiça, sim da cristandade portuguesa, que melhor oportunidade não teria do que esta para comparecer, na pessoa dum príncipe português da Igreja de Cristo, junto dos restos mortais dum santo espanhol que, servindo a causa de Cristo, serviu, também, a causa de Portugal.

«Portugal não podia deixar passar este centenário — afirmou o legado pontifício à Imprensa goesa — sem o comemorar solenemente. A maravilhosa vida missionária do padroeiro das Missões é, também, uma página — uma das mais extraordinárias páginas — da História de Portugal.»

Assim é, com efeito. Oferecia-se a Portugal, com o quarto centenário da morte de São Francisco Xavier, um ensejo único de levar à Índia portuguesa a sua presença espiritual. Meses antes, o ministro do Ultramar levava à Índia portuguesa a presença temporal de Portugal. Viagem de soberania, significara ela que a Mãe-Pátria não se desinteressava nem esquecia da filha querida, por quem nutria o afecto de sempre, que os milhares de quilómetros de distância entre ambas não logravam esfriar ou alterar. A viagem do cardeal patriarca de Lisboa, como enviado especial do chefe supremo da Igreja de Cristo, serviu — disse estamos certos — para aproximar mais Portugal da Índia portuguesa, no plano espiritual, completando, assim, a viagem do ministro do Ultramar, cujo escopo fora doutra ordem.

Fazendo o elogio veemente de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, o jornalista brasileiro Paulo Tacla escrevia, há tempo, no seu estilo hiperbólico: «Determinativamente, o cardeal patriarca de Lisboa constitui a maior força de Portugal e é uma das maiores autoridades com mandato popular irrecusável de todo o Ocidente. Nele se juntam confiança e esperanças. Trata-se do poder que só se explica pela magistratura dos Santos Agostinhos e Tomás de Aquino. Reverdecem os louros do cristianismo em Portugal como em trecho algum da Terra. Obra do cardeal Cerejeira, extremoso e extremado paladino do bem, da luz, da verdade e da beleza moral.» No seu calor explosivo, estas palavras dum

nosso camarada brasileiro exprimem bem quanto a figura do cardeal patriarca de Lisboa se projecta, por seus méritos próprios, no mundo cristão. Que admira, pois, que da viagem de D. Manuel Gonçalves Cerejeira à Índia portuguesa, como legado à *latere* do papa Pio XII, resultem benefícios de ordem moral para as relações entre a Metrópole e aquela parte do nosso império ultramarino e, até, para toda a Cristandade?

O mundo cristão só ganhou com a ida de D. Manuel Gonçalves Cerejeira a Goa. Não incorreremos no exagero de pretender que dela houvessem resultado mais pagãos convertidos ao cristianismo, o que, nos tempos correntes, não é fácil obter. Atrevemo-nos, porém, a admitir que o cristianismo goês se afervorou, o que não é para ter em menosprezo. Do que temos a certeza é de que o mundo português beneficiou com esta viagem. A presença do cardeal patriarca de Lisboa em Goa, quando não tenha conquistado mais adeptos de Cristo, conquistou, pela certa, mais adeptos de Portugal. Quando um grande português como D. Manuel Gonçalves Cerejeira se apresenta em terra estranha, é de crer na conquista de amizades e admirações. Para ele — e para Portugal.

H. R.

PRÉDIO

Vende-se, com 1.º andar e rés-do-chão, na Rua Almirante Cândido dos Reis, n.º 147 a 151 e Rua 1.º de Dezembro, n.º 1 a 5, nesta cidade.

Aceita propostas em carta fechada, até ao dia 20 do corrente, o Advogado Eduardo Mansinho, em Tavira, reservando o direito de não entregar o prédio, se o preço não convier.

CASA

Com grande quintal, no centro da cidade, vende-se.

Informa-se na Tabacaria Santos, debaixo dos Arcos-Tavira.

Aparelhos de T. S. F.

Em 2.º mão. Bom estado. Vendem-se dois baratos. Nesta Redacção se informa.

ÚLTIMA NOVIDADE Heloïsa 19 rubis

(Relógios bons, Omega, Zenith, Longines, etc, 15 rubis)

mas para melhor servir a preços acessíveis há o

«HELOÏSA 19 RUBIS»

empedrado nas rodas do centro e contrapedras nas rodas de segundos e escape.

Uma maravilha da indústria suíça

à venda na RELOJOARIA e OURIVESARIA GONÇALVES
TAVIRA

J. A. PACHECO TAVIRA

Fábricas de moagem de
farinha espoada e ramas
PANIFICAÇÃO MECÂNICA

Uma maquinaria completa aliada a um escrupuloso fabrico fazem com que os produtos das fábricas

J. A. PACHECO
tenham a consagração do público que os consome.

TELEFONE 13

APARTADO 13

Anúnci no "Povo Algarvio"

O Algarve e o Plano de Fomento

Reconhece-se com mágoa o atraso em promover a sua electrificação quando tudo aconselhava que logo após a publicação da lei sobre a electrificação — Lei n.º 2.002, de 26 de Dezembro de 1944 —, o problema fosse considerado e tivessem sido criadas as condições necessárias à sua realização.

A disparidade nas tarifas que presentemente vigoram, a diversidade de critérios, quando não a ausência de um determinado critério, criaram uma situação anómala ao fornecimento de energia em toda a província.

Os custos da electricidade diferem de concelho para concelho, de concessão para concessão e até em zonas servidas pelo mesmo concessionário.

As tarifas para usos domésticos variam entre 3\$22 e 5\$ por Kilowatt-hora no 1.º escalão dos consumos e entre 8\$4 e 1\$50 no último.

Para força motriz oscilam entre 1\$50 e 1\$90 no 1.º escalão e entre 77¢ e 1\$77 no último.

Para usos agrícolas, entre 1\$26 e 1\$70 no 1.º escalão e 1\$00 e 1\$70 no último.

O custo médio da electricidade na zona de Sotavento varia entre 1\$70(6) e 1\$77 e no Barlavento entre 1\$78(7) e 1\$85(2), conforme se trata de fornecimento realizado por vários concessionários, no primeiro caso, ou do único concessionário em alta tensão no segundo.

Apurados os custos médios, verifica-se que a electricidade é paga em média, na província, a 1\$73(4) cada Kilowatt-hora nas zonas abastecidas por diferentes concessionários e a 1\$79 quando a energia é fornecida pelo único distribuidor em alta tensão.

Estes preços referem-se a 1950 e nos últimos anos têm sido permitidos alguns aumentos, designadamente no corrente ano no concelho de Faro.

O Algarve é assim das províncias pior servidas pela energia eléctrica e onde os preços são mais altos.

As actuais instalações estão muito antiquadas, o material quase impossibilitado de permitir um trabalho medianamente aceitável e as redes não oferecem o mínimo de condições de segurança.

As actuais concessões de distribuição em baixa tensão ou caducaram ou estão na dependência dos serviços municipalizados, com excepção do concelho de Portimão, cuja concessão terminará em 1958, e a do concelho de Olhão, que findará em 1968; mas uma e outra foram concedidas a título precário.

Embora esta situação seja causa de legítimas apreensões, pela incerteza sobre o futuro, tem ao menos a vantagem de possibilitar às câmaras uma remodelação integral dos regimes tarifários que têm estado em vigor, de revogarem os contratos em curso ou de negociarem os respectivos resgates.

A falta de energia eléctrica, além dos graves prejuízos que ocasiona às actividades públicas e particulares, cria outra preocupação, porventura mais grave: os abastecimentos de água para consumo das populações, com excepção do de Monchique, assentam em instalações motobombas eléctricas. A falta de electricidade dificultará, consequentemente, este serviço essencial de interesse público.

A leitura do Plano de Fomento criou legitimamente no Algarve uma grande esperança e toda a província sentiu que iria sair finalmente do esquecimento a que as circunstâncias a votaram e que veria realizada em poucos anos uma das maiores e mais legítimas das suas aspirações: poder dispor de energia eléc-

trica em quantidade e a um preço que lhe permita vencer o atraso em que tem sido forçada a viver.

Temos a impressão de que as verbas fixadas no Plano foram convenientemente estudadas e que cobrirão suficientemente os custos efectivos da linha de transporte de Setúbal a Ferreira do Alentejo, avaliados em 40:000 contos, e da rede de grande distribuição do Baixo Alentejo e Algarve, fixados em 60:000 contos.

Além destas duas verbas está igualmente prevista uma outra de 200:000 contos para a «rede de pequena distribuição das zonas rurais e das urbanas dos concelhos pobres», que naturalmente será aplicada, ao menos em parte, no complemento das pequenas redes de distribuição no Algarve.

É verdadeiramente notável o esforço realizado nos últimos anos no que se refere à produção e transporte de energia eléctrica. Mas o resultado deste trabalho quase gigantesco ficará muito diminuído se se mantiverem as tarifas que vigoram em muitos casos quer para a distribuição de

Continuação da 1.ª página

Há que vencer o atraso e resolver a delicada situação em que presentemente o Algarve se encontra, pela ameaça de em breve não ter energia nos principais centros de consumo.

As obras no lançamento das linhas de transporte deverão acompanhar simultaneamente as da montagem da rede de distribuição em alta.

Não me compete dizer, porque isso pertence ao Governo, a quem deverá ser dada a concessão da alta tensão para o Baixo Alentejo e Algarve. Muitos supõem que seria lógico estabelecer uma nova empresa, com a intervenção do Estado, das câmaras municipais e porventura com a intervenção das actividades que mais directamente possam beneficiar dessa rede de distribuição.

Receio, porém, que a substituição de empresas deste tipo venha atrasar sensivelmente o começo da realização das obras, e por isso não insisto na questão. De resto as câmaras municipais terão maior interesse

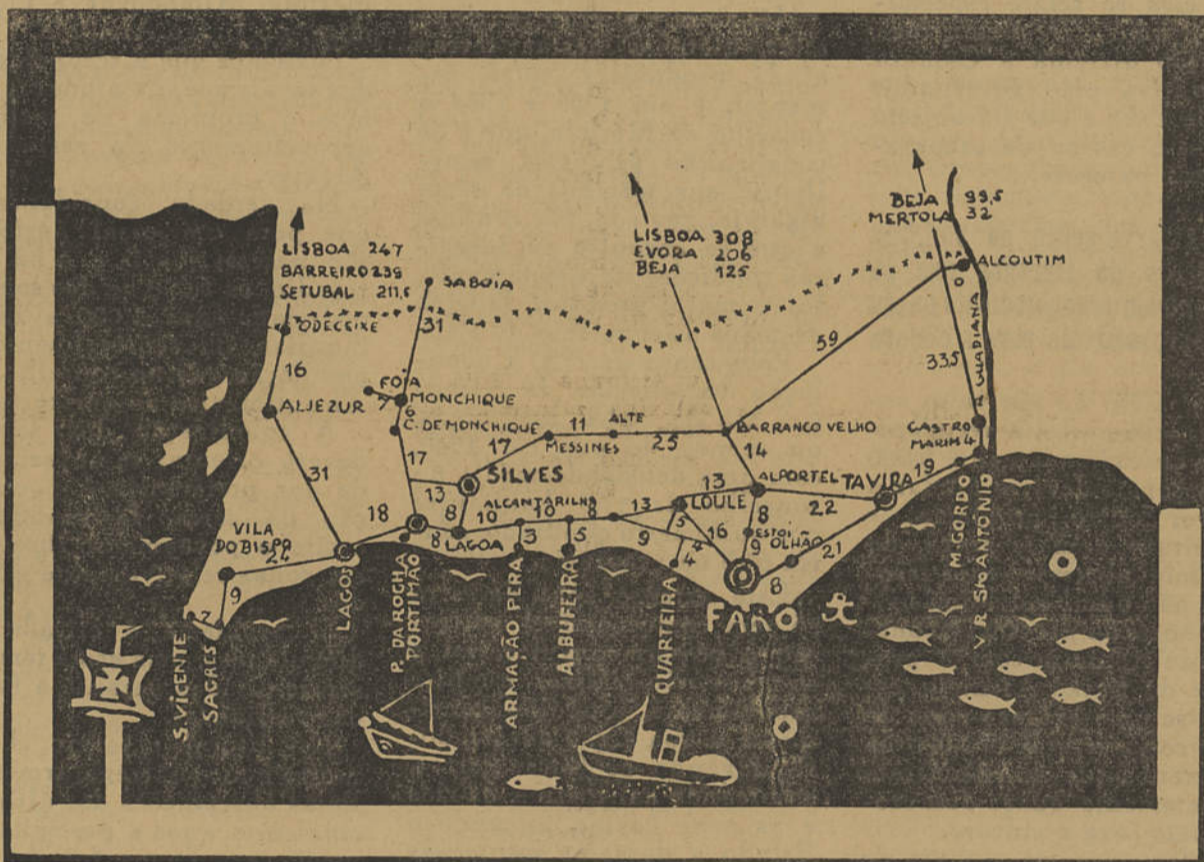
vencer, tão rapidamente quanto possível, o tempo que inutilmente se perdeu, para que o Algarve possa sair da atonia económica em que tem vivido e possa surgir uma nova era de empreendimentos que melhorem a sua economia, fomentem o seu progresso e aumentem o nível de vida das suas populações.

Permita-me V. Ex.ª, Sr. Dr. Albino dos Reis, que reproduza o voto que V. Ex.ª tão lucidamente formulou na sessão realizada nesta Assembleia em 18 de Novembro de 1944, quando se encerrava a discussão sobre a lei de electrificação:

«Tenho por vezes pensado que nós, portugueses, temos uma grande capacidade de disciplinar juridicamente as questões e de estabelecer o regime jurídico dos problemas nacionais.

«Mas parece-me que há uma desproporção entre a nossa capacidade de legisladores e a nossa capacidade de realizadores.

«Ao ter de dizer duas palavras sobre esta moção, quero



MAPA DO ALGARVE

energia em alta, quer em baixa tensão.

É necessário e urgente que se complete a regulamentação da lei da electrificação, de maneira a ser possível estabelecer adequados regimes tarifários, introduzir ordem nas actuais concessões e fixar doutrina para o futuro.

É óptimo que haja electricidade, e é de desejar que cada ano haja mais, para que se possa melhorar o apetrechamento industrial do País e elevar o nível de vida das suas populações, mas a electricidade nunca deverá ser considerada como um luxo, mas sim como um serviço.

Confiemos em que se caminhará para a coordenação integral da energia e que o preço da electricidade não será no futuro fixado na dependência exclusiva dum critério estritamente comercial, mas na subordinação à função económica da energia.

Por outras palavras, esperamos que o preço da energia eléctrica não venha a ser determinado apenas segundo o respectivo preço do custo, mas tendo também em consideração o seu valor produtivo.

Estão propostas as verbas que permitirão a montagem da grande rede de distribuição no Algarve, mas é indispensável iniciar as obras.

em tomar para si, ou para uma federação de municípios, a distribuição em baixa tensão, sem necessidade de imobilizarem avultados capitais, de que naturalmente não poderiam dispor, e libertando-se também de pesadas responsabilidades de carácter técnico.

Além do mais a distribuição em baixa tensão permitir-lhes-á rendimentos apreciáveis.

Em face das realidades parece aconselhável que se constitua uma sociedade, com intervenção do Estado no respectivo capital, e que nela fiquem interessadas algumas das actuais concessionárias das linhas de transporte e de alta tensão.

Afigura-se-nos necessária a intervenção do Estado, porque será possível determinar com mais facilidade os encargos efectivos com o transporte de energia e a sua distribuição em alta, e assim se fixarem os regimes tarifários mais justos e adequados.

Seria de desejar que uma vez a obra concluída, e resolvidas as maiores dificuldades, o Estado abandonasse a sua posição de accionista, transferindo-a para as câmaras municipais ou para uma federação de municípios.

É este, de resto, o preceito constitucional. Há, porém, que

também formular o voto de que desta vez nos mostremos capazes da realização pelo menos igual àquela que mostrámos na discussão e na votação dos princípios jurídicos em que hão-de enquadrar-se as questões relativas à electrificação do País».

Por mim confio na actualização do Governo e creio que o deverei saudar, em nome do Algarve, na convicção de que a nossa confiança não será desmentida pelos factos.

A obra de recuperação dos sapais é fundamentalmente uma obra de colonização

Ao longo da costa sul do Algarve, entre os concelhos de Loulé e Tavira, existem cerca de 5.000 ha de terrenos de aluvião, que a água do mar alternadamente cobre e descobre, vulgarmente denominados «sapais».

Todos estes terrenos se encontram revestidos de vegetação herbácea característica ou «maduros», e portanto em condições de aproveitamento económico.

Admite-se tecnicamente que a defesa dos terrenos alagáveis é exequível e económica sempre que a preia-mar das águas vivas não atinja um nível superior, de mais de

2 m, ao da superfície revestida de erva.

Nos sapais da ria de Faro e zonas vizinhas a preia-mar das águas vivas não ultrapassa 0,60 m acima do nível dos terrenos.

Acresce ainda a vantagem, muito apreciável, de que estes sapais se encontram defendidos por um cordão, quase contínuo, de ilhas e ilhotas, que da Quarteira se prolonga até este de Tavira, constituindo assim um verdadeiro quebra-mar natural, ou um dique de defesa à invasão das águas.

A beneficiação dos sapais poderá ser executada parcelar e progressivamente, e portanto nas melhores condições económicas, já que constituem uma zona quase contínua.

Encontram-se localizados na zona mais densamente povoada do Algarve, e o beneficiamento da ria de Faro, com quase 4.000 ha de superfície, melhoraria sensivelmente as condições de salubridade da cidade, emprestando-lhe novos encantos e valorizando as suas belezas naturais.

A recuperação dos terrenos implicará logicamente a construção de diques para a defesa das águas do mar, guardamatos, trabalhos de nivelamento, de drenagem e de desalga.

São trabalhos de execução relativamente fácil e pouco dispendiosos.

Há água em quantidade apreciável no subsolo, como o demonstram vários ensaios realizados e alguns poços já existentes a pequenas profundidades.

Segundo estudos recentes e cuidadosos, os custos de recuperação dos terrenos são relativamente baixos e, incorporando-lhes as despesas com a abertura e construção de poços ou noras e as respectivas estações de bombagem, oscilam entre 9 e 15 contos por hectare, ou sensivelmente menores do que a quase totalidade de terrenos adaptáveis ao regadio através das obras realizadas pela hidráulica agrícola.

É certo que o plano apresentado em 1938 pela Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola, que mereceu a aprovação do Governo, prevê a rega dos campos de Vila Real de Santo António, Castro Marim, Tavira, Olhão e Faro pelo aproveitamento e utilização das bacias hidrográficas das ribeiras de Odeleite e Beliche e mais tarde pelas do Almagem e do Alportel.

Estas obras não têm, porém, qualquer projecto concluído, e nem se encontram incluídos no Plano, e por isso creio dispensável fazer-lhe demorada referência.

Mas a recuperação e o enxugo dos terrenos não bastará, só por si, para realizar a obra de colonização prevista e há que fazer outras despesas, quase tão volumosas como as do custo dos terrenos. Calcula-se portanto que cada hectare, para ser entregue aos colonos, custará entre 20 e 35 contos.

Ora, segundo os elementos recolhidos pelos técnicos do plano de fomento agrícola, que aliás têm trabalhado com a maior devoção e a maior competência, o valor dos terrenos de sequeiro no Algarve varia, naturalmente segundo a qualidade da terra e a densidade da arborização, entre o mínimo de 10 contos e o máximo de 28 por hectare, não considerando, como é lógico, os terrenos de mato e muito pedregosos.

Os terrenos de regadio têm um valor variável, segundo as rendas actuais, entre 40 e 50 contos para os terrenos pobres e 80 e 100 para os férteis, por hectare.

Não será exagero alinhar os sapais, depois de aptos para a cultura, ao lado dos terrenos

(Continua na página seguinte)

O Algarve e o Plano de Fomento

férteis de sequeiro ou aos pobres de regadio, pelo menos nos primeiros anos de exploração.

Supondo os terrenos ocupados com uma plantação de batata, que é uma cultura com tradições na região, e em terrenos de fertilidade média, determinaram-se os custos da cultura, com água elevada a gado ou mecânicamente, e com uma produção média de 225 arrobas de batata por cada courela de 1.500 m, ou o correspondente a 1.500 arrobas de batata por hectare; os rendimentos líquidos, por hectare, seriam de 4.742\$00 com água elevada a gado e de 6.863\$33 quando se tratasse de elevação mecânica.

Admitiu-se uma única cultura, quando na realidade a uma cultura de batata se poderá seguir outra de milho.

Com salários de 20\$00 para os homens e 10\$00 para as mulheres, os encargos para o agricultor, por cada hectare seriam:

Jornais (homens)	
73,5 × 20\$.	= 1.470\$00
Jornais (mulheres)	
186,5 × 10\$00 =	1.865\$00
	3.335\$00

consequentemente o cultivo dos 4.730 hectares absorverão 15:774 contos de mão-de-obra tratando-se de uma só cultura e, logicamente, exigirá sensivelmente mais quando em cultura intensiva.

A obra de recuperação dos sapais é fundamentalmente uma obra de colonização.

Os trabalhos de enxugo não exigem grande complexidade técnica, mas parece lógico que fiquem a cargo da Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos.

Reconhecer-se-á a conveniência de o estudo sobre a colonização preceder as obras, e parece aconselhável que se dê a preferência nos trabalhos da recuperação dos sapais ao maior número possível dos futuros colonos. Desta forma iriam adquirindo instintivamente conhecimentos sobre nivelamento de terras, trabalhos de drenagem, de enxugo

No grupo das grandes realizações previstas no Plano para obras de carácter agrícola inscrevem-se 240:000 contos para «obras de colonização nas áreas beneficiadas pelas obras de fomento hidroagrícola e enxugo de terrenos».

Com a natural reserva sobre esta redacção, para a qual me permito chamar a atenção da nossa ilustre Comissão de Redacção, a fim de se evitarem possíveis confusões, supponho que as importâncias destinadas à colonização interna permitirão realizar integralmente a recuperação para a cultura agrícola dos 4.750 ha de sapais que se estendem desde o sul de Loulé até Tavira.

O problema mereceu a inteira concordância da Câmara Corporativa, que num dos pareceres subsidiários emite a seguinte opinião:

«Uma parte importante a beneficiar é constituída pelos característicos sapais, que se estendem por todo o litoral algarvio... Só os sapais de Faro, Olhão e Tavira atingem uma área de cerca de 5.000 ha.

«A eles se refere especialmente uma circunstanciada exposição dirigida à Câmara Corporativa pelo governador civil de Faro e que foi objecto de atento exame na preparação deste parecer».

Há no Algarve cerca de 350.000 hectares de terrenos que se encontram presentemente quase desaproveitáveis para a cultura

Mas, além do seu valor social e económico, a recuperação de aproximadamente 5.000 ha de sapais deveria ajudar a resolver outro problema, e porventura o mais grave, da economia algarvia, cuja resolução não admite delongas.

Ao norte da provincia, constituindo fronteira com a provincia do Baixo Alentejo, estende-se uma extensa zona da serra com cerca de 350.000 ha de terrenos que se encontram presentemente quase desaproveitáveis para a cultura.

Se lhe somarmos mais de

1952:

Produção média de trigo . . . 130 kg/ha

Provavelmente em 1960 não haverá nem trigo nem terra.

Estimulados pelo preço do trigo e pelas facilidades que se lhes concederam, foram os proprietários queimando os matos e alargando de ano para ano as zonas destinadas às culturas arvenses. Depois foram as próprias árvores sacrificadas para o fabrico do carvão, e conseguiram um mínimo indispensável ao seu sustento. Desaparecido o revestimento, esgotada a matéria orgânica — armazenada durante séculos —, descarnadas as terras, a água foi completando a destruição que o homem iniciara e o nível da população foi descendo até tornar quase impossível a vida, forçando os válidos a emigrar.

O concelho de Alcoutim, por exemplo, com uma superfície de 58.300 hectares, tinha uma população em 1940 de 10.342 habitantes, com 1.545 famílias apenas vivendo da agricultura.

Há vinte ou vinte e cinco anos, algumas destas terras ainda produziam 12/15 sementes, e em 1933 e 1934 o concelho de Mértola, que é de constituição geológica semelhante aos terrenos da serra algarvia, que com ela confina, e que se encontra em idênticas condições de esgotamento, foi o maior produtor de trigo de todos os concelhos do País.

Pelo censo de 1950 a população do concelho de Alcoutim era de 10.337 habitantes, ou menos do que em 1940, com uma densidade média no concelho de 17,5 habitantes por quilómetro quadrado, contra 64,5 na provincia.

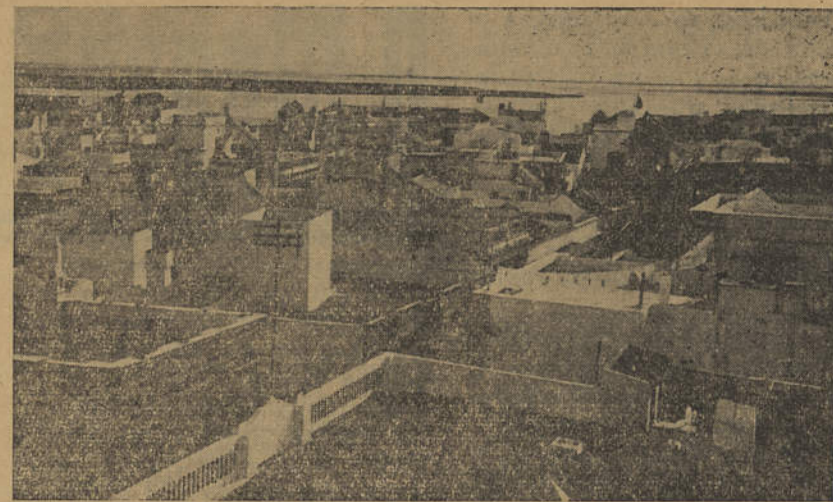
Esta extensa zona da serra só tem como possível utilização o povoamento florestal, e se tal se não realizar, e muito rapidamente, a erosão continuará a sua acção devastadora, lavando as fraldas, assoreando as ribeiras, os rios e as suas barras, forçando o Estado a despesas volumosas com as respectivas dragagens.

Como os terrenos estão em regime de propriedade privada, não será fácil conseguir-se grandes manchas contínuas de povoamento florestal, mas podem os serviços florestais, aos quais o País tanto deve pelo valioso trabalho que vem realizando, criar no espírito dos pequenos proprietários, pelo exemplo e pela persuasão, o estímulo indispensável para que colaborem na defesa e na reconstituição das suas terras, quase sem valor.

O fornecimento de sementes e de árvores em quantidade, as ajudas pelo Fundo de Desemprego, atenuando as crises periódicas da falta de trabalho, os financiamentos a largos prazos e a baixa taxa de juro, para que se possam ir realizando os trabalhos necessários, ajudarão, com o amor e carinho que o algarvio dedica à árvore, a dar um começo de resolução ao problema.

Em França, o desastre económico das grandes devastações causadas pela guerra e pelos incêndios levou o Governo a promulgar uma série de medidas, cujos resultados ultrapassaram as previsões mais optimistas.

Foi tal o interesse dos proprietários pelo repovoamento florestal que o Estado se viu forçado a limitar o quantitativo dos empréstimos, que a tesouraria não podia compor-



Uma vista da vila de Olhão

tar. Sem pretendermos que se copie a legislação francesa, supomos que ela poderá servir como orientação no caminho a seguir.

Pequenas manchas de povoamento, embora dispersas, ajudariam ao convencimento de muitos e permitiriam que o Estado pudesse apressar a grande obra que se impõe realizar.

Reconheceu-se que no concelho de Alcoutim apenas a décima parte da sua área, ou 6.000 ha, poderia ser convenientemente agricultada. Sobram, consequentemente, mais de 52.000 ha, que seriam reservados ao repovoamento florestal.

O que se diz de Alcoutim poderá aplicar-se a toda a zona da serra do Algarve e da maior parte dos concelhos de Mértola, Almodôvar e Odemira, no Baixo Alentejo.

Dissemos que a recuperação dos sapais poderia ajudar também o problema do melhor aproveitamento da serra do Algarve.

Na verdade, considerando que para um casal agrícola são necessários 3 a 5 ha de regadio, os 5.000 ha dos sapais poderiam fixar 1.000 a 1.650 famílias, ou sensivelmente a população que no concelho de Alcoutim vive da agricultura.

A colonização dos sapais deverá orientar-se no sentido de dar preferência à população da serra, facilitando-se assim o povoamento florestal em zonas relativamente grandes.

O problema é erigido de dificuldades, mas estas têm de ser resolvidas perante a força das realidades.

No litoral algarvio chove muito pouco e irregularmente. Pelas observações dos últimos cinquenta anos a precipitação média em Lagos foi de 439 mm, em Faro de 370 mm e de 400 mm em Vila Real de Santo António. Na serra, os números são sensivelmente mais altos: em Monchique 1.285 mm e no Barranco do Velho 1.093 mm. Ora precisamente Monchique e Barranco do Velho são zonas de uma certa densidade de floresta.

O povoamento florestal, além da recuperação das terras, de atenuar a erosão, da diminuição dos assoreamentos dos cursos de água e das res-

pectivas barras, facilitará uma maior regularidade das chuvas e um aumento de precipitação.

Os terrenos da serra são essencialmente xistosos, impermeáveis, muito fendidos e facilmente desagregáveis, e, como as falhas estão orientadas no sentido norte-sul, a água que cair na serra escorre toda para a zona litoral, formando na junção dos xistos com os calcários grandes albufeiras subterrâneas que permitam o fácil aproveitamento das águas, quer para o consumo das populações, quer para a rega dos campos.

O porto de Vila Real de Santo António figurou entre os primeiros que mereceram as atenções dos governos da Situação

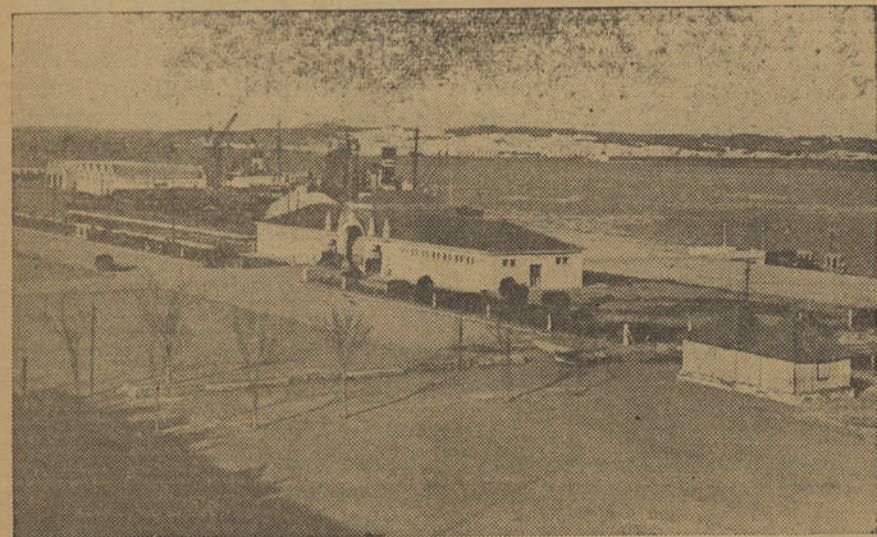
Associo-me às brilhantes considerações formuladas nesta tribuna pelo ilustre Deputado Manuel Rosal sobre os portos do Algarve e seja-me permitido juntar uma palavra a mais sobre a doca de pesca a construir no porto de Vila Real de Santo António.

Pelas suas excepcionais condições naturais, com um magnífico porto de abrigo e um largo estuário, protegido dos ventos dominantes, por uma restinga de areia que de Tavira se dirige até à foz do Guadiana, com o rio navegável até ao Pomarão, o porto de Vila Real de Santo António figurou entre os primeiros que mereceram as atenções dos governos da Situação, criada pelo 28 de Maio.

O seu cais acostável, com 300 m de comprimento à cota de -5,5, que há muitos anos se encontra construído e em serviço, foi ultimamente melhorado com a instalação de dois guindastes mecânicos.

Quando se concluírem as obras de quebraamento das rochas e de drenagem, há anos começadas e depois interrompidas, a navegação poderá subir facilmente de Pomarão até Mértola, tornando assim o porto de Vila Real de Santo António não só o melhor para a saída das mercadorias da região de Sotavento, como será igualmente o porto natural de toda a vasta região do Baixo Alentejo.

Mas ao lado das funções de porto comercial, e é o de



Um aspecto do porto de Vila Real de Santo António

e de defesa contra a invasão das águas, bem como da desalga, que muito úteis lhes seriam para a futura exploração quando lhes fosse adjudicada.

A recuperação dos sapais representará consequentemente uma obra do mais alto alcance social, a maior que tem sido projectada até hoje para colonização e com indiscutíveis benefícios económicos.

Por isso se escreve no relatório do Governo:

«Convém promover o enxugo de alguns terrenos sujeitos ao afluxo das marés, nomeadamente os do litoral algarvio, que constituem uma vasta área, a aproveitar para a cultura agrícola».

100.000 ha do Baixo Alentejo, de idêntica formação geológica e que igualmente se encontram esgotados e devastados pela erosão, teremos mais de 450.000 ha de terras que pouco produzem e que nada produzirão dentro de poucos anos.

Segundo um inquérito directo e recente às condições de produtividade de uma zona da serra de Tavira, apurou-se o seguinte:

1934:	
Produção média de trigo . . .	750 kg/ha
1947:	
Produção média de trigo . . .	190 kg/ha



Um trecho da vila de Alcoutim



Uma rua da vila de Loulé

maior movimento em tonelagem dos portos do Sul, ocupa também um lugar de destaque valor entre os portos de pesca do País. Dispondo do quase monopólio da lota do atum, o valor do pescado vendido em lota durante o ano corrente alcançou já cerca de 40.000 contos, o que dispensa outros comentários sobre a sua importância como porto de pesca.

Duarte Pacheco, a quem o porto de Vila Real mereceu especiais cuidados, reconheceu, logo após a conclusão do cais acostável para barcos de comércio, a necessidade de o apetrechar convenientemente para o serviço da pesca e mandou estudar a localização da respectiva doca.

Em 1943 foi, finalmente, elaborado pelo engenheiro Coutinho de Lima «o plano geral do arranjo do porto de Vila Real», onde se previa a construção de uma doca de pesca com 20.000 m² de superfície molhada, ao norte do cais acostável e com fácil acesso à rede ferroviária.

Simultaneamente, o plano previa a regularização da margem até à zona sul da vila, possibilitando, conjuntamente, a urbanização dos terrenos marginais, pela construção de uma ampla avenida paralela ao Guadiana.

Só em 1945 o projecto da «variante» é submetido à apreciação do Conselho Superior de Obras Públicas, que na sua sessão de 27 de Maio de 1945 lhe deu aprovação unânime, decisão que foi imediatamente homologada por despacho de S. Ex.^a o Subsecretário de Estado das Obras Públicas de 7 de Junho do mesmo ano.

A estimativa, recentemente feita, prevê o custo da construção da doca em 8.000 contos, pelo que se infere que 10.000 contos serão suficientes, não só para a construção da doca de pesca, mas, simultaneamente, para os trabalhos de regularização da margem, permitindo-se a conclusão das obras da avenida marginal, já em fase adiantada, que a tornarão num dos mais belos arruamentos de todas as vilas do País.

Dirijo um apelo ao ilustre Ministro das Obras Públicas, engenheiro José Frederico Ulrich, a quem todo o País respeita e admira pela sua devoção à função e pela forma como tão brilhantemente a desempenha (apoiados), para que tome nas suas mãos o problema e mande concluir o projecto da doca; e, se tal acontecer, não demorará muito tempo para que Vila Real de Santo António veja realizadas as suas legítimas aspirações e o seu porto possa corresponder inteiramente aos objectivos que presidiram à sua construção.

Duas grandes actividades da exportação nacional: os vinhos do Porto e as conservas de peixe.

Porque o Plano que estamos apreciando não é apenas um plano de obras, mas é essencialmente um grande Plano de Fomento, visando principalmente ao equilíbrio

da nossa balança de pagamentos, à melhoria das condições de vida das populações e ao aumento dos rendimentos individuais, suponho que não será demasiada impertinência dizer umas palavras sobre duas das nossas principais e mais tradicionais actividades de exportação e que presentemente se debatem em graves dificuldades.

Embora não exijam grandes investimentos de capital, precisam do amparo, da orientação e da ajuda do Estado, para que possam manter a posição de relevo que sempre ocuparam no nosso comércio de exportação.

Referir-me-ei aos vinhos do Porto e às conservas de peixe.

Uma e outra destas actividades viviam há uns vinte anos numa crise de negócios que as ia arrastando para a ruína.

Ambas exportavam normalmente e até em quantidades que excediam as médias normais. Debatiam-se, porém, na maior desorganização comercial, realizando uma concorrência desregrada entre os seus componentes, do que resultara o aviltamento progressivo dos preços de venda nos mercados consumidores, gerador da confusão e causa de perturbações na marcha normal dos negócios.

As qualidades, que se impuseram através de uma longa tradição, iam enfraquecendo de dia para dia, provocando o descrédito das respectivas marcas.

A organização corporativa, que dava então os seus primeiros e incertos passos, conseguiu amortecer a marcha para o desastre, através de um começo de disciplina e de uma melhor consciência comercial. Com elas veio o restabelecimento da confiança quase perdida nos principais centros importadores e a valorização das qualidades dos produtos e dos respectivos preços.

Se a organização não conseguiu a prosperidade que todos ambicionavam, salvou, entretanto, aquelas duas actividades da ruína em que se debatiam e acatou valiosíssimos capitais, que se consideravam irremediavelmente perdidos.

Vão decorridos vinte anos, cheios de perturbações, de dúvidas e de incertezas, e durante eles muita coisa se modificou no mundo das ideias e no mundo dos negócios.

Mercados que durante decénios foram os nossos principais clientes passam a ocupar lugares modestos, e a sua posição não foi substituída por outros.

A limitação às liberdades nas trocas, imposta pela penúria dos meios de pagamento, afecta fundamentalmente aquelas duas grandes actividades da exportação nacional: os vinhos do Porto e as conservas de peixe.

A exportação de vinho do Porto para a Europa, que em 1936-1939 era superior a 40,6 milhões de litros em média, desce para pouco mais de metade em 1946-1950 (20,6 milhões de litros), pela forte diminuição no comércio dos três principais mercados consumi-

O Algarve e o Plano de Fomento

dores de vinho do Porto: Inglaterra, França e Noruega, que em 1946-1950 compraram, respectivamente, 44,62, 11,72 e 35,52 por cento das quantidades importadas em 1936-1939.

Estes números logo demonstram, na sua fria expressão, a necessidade de procurar a conquista de novos mercados, com o objectivo de absorverem a diminuição do poder de compra nos mercados que tradicionalmente eram os melhores clientes do vinho do Porto. Se tal não se conseguir, haverá que remodelar fundamentalmente os princípios que tradicionalmente dominam a sua produção e o seu comércio.

Supõe-se, entretanto, que há qualquer coisa a tentar de novo e que será possível atenuar as desastrosas consequências das duras realidades do momento em que vivemos.

É necessário conquistar para os vinhos do Porto uma posição, embora modesta, no grande mercado que são os Estados Unidos.

Depois da abolição da lei seca, em fins de 1933, o consumo de vinhos nos Estados Unidos aumenta em cada ano, tendo duplicado de 1942 para 1950.

Contrariamente ao que acontece na Europa, nos Estados Unidos é maior o consumo de vinhos licorosos do que o de vinhos comuns, na proporção de, respectivamente, mais de 70 por cento para os primeiros e menos de 30 por cento para os segundos.

O consumo de vinhos licorosos passou de 265 milhões de litros em 1947 para 373 milhões de litros em 1950, com o aumento de 40 por cento, e o aumento acentua-se de ano para ano.

O mercado americano tem marcada preferência para vinhos de alta graduação e, de entre eles, para os comercialmente conhecidos como *Port-Wine*, naturalmente pelo alto prestígio alcançado pelos nossos vinhos, designadamente nos mercados de língua inglesa, e também por serem os vinhos deste tipo os preferidos para os aperitivos.

Consequentemente, se conseguíssemos vender nos mercados dos Estados Unidos da América apenas 5 por cento do que foi o consumo efectivo dos vinhos licorosos do tipo *Port-Wine* em 1950, ou o correspondente a 34.000 pipas de vinho do Porto, veríamos resolvidas quase inteiramente as dificuldades graves com que presentemente se debatem os produtores do Douro e os comerciantes de Gaia.

Há, portanto, que dedicar aos mercados dos Estados Unidos da América especiais cuidados e realizar, sem demora, uma propaganda inteligente e bem organizada da nossa marca «Porto»; e não se duvida nem do êxito nem da compensação dos capitais que nela forem investidos.

Não bastará, naturalmente, a propaganda, pois não se afirmaria recomendável inundar os novos mercados com a diversidade de tipos, de marcas e de nomes de exportadores habitualmente usados pelo comércio de exportação, mas não se vêem dificuldades insuperáveis na resolução deste problema.

Há que estudar o paladar e o gosto dos consumidores americanos, fixar dois ou três tipos como máximo, aperfeiçoar as respectivas qualidades, vigiar pelo prestígio do nome e da garantia da origem, sem nos preocuparmos exageradamente com as ideias feitas so-

bre os tipos e as qualidades tradicionais.

Surgirão provavelmente reacções de alguns ou de muitos, que a uma disciplina salvadora continuarão a preferir a liberdade de se arruinarem, mas os factos e as realidades acabarão por dominar e salvar-se-ão até aqueles que teimosamente queiram perder-se.

A indústria conserveira debate-se presentemente com tremendas dificuldades.

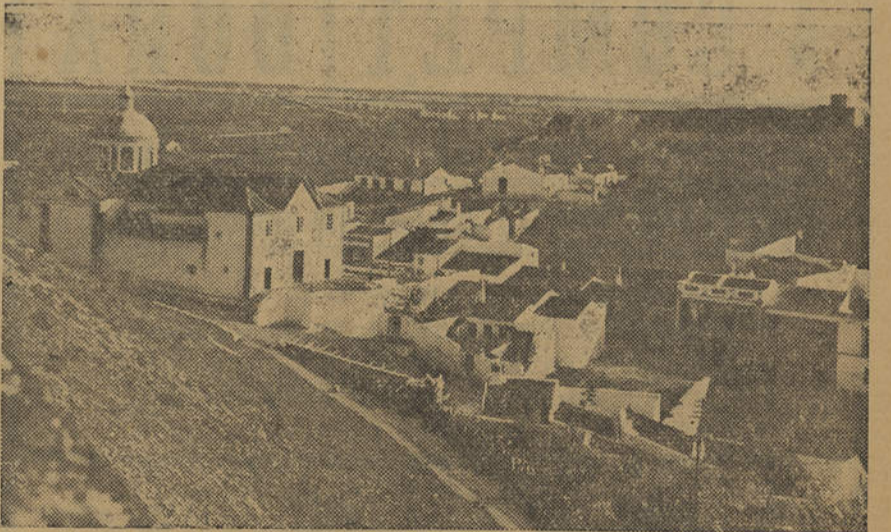
Embora a indústria de conservas de peixe não tenha qualquer afinidade com a produção e o comércio dos vinhos do Porto, o certo é que tem caminhado quase paralelamente no mundo dos negócios através de muitos decénios.

Dando a indústria conserveira trabalho a mais de 21.000 operários, ajudando a viver mais de 30.000 pescadores e realizando uma média anual de mais de 550.000 contos em divisas estrangeiras, continua a ocupar um lugar de destacado relevo entre as nossas principais actividades exportadoras.

A exemplo do vinho do Porto, debate-se presentemente com tremendas dificuldades pela diminuição ou desaparecimento de alguns mercados que sempre figuraram entre os seus principais compradores.

A Inglaterra, que desempenhou no pós-guerra um factor de correcção à perda dos mercados da Europa Central, designadamente a Alemanha e a Austria, e que ocupava um dos principais lugares entre os consumidores das nossas conservas de sardinha, reduziu fortemente as suas importações. Por outro lado, o regime dos contratos colectivos (estabelecido durante a guerra e que vigorou vários anos) criou uma disciplina nos preços e travou o seu aviltamento até 1949.

O acordo luso-britânico para 1950 previu uma exportação de 500.000 caixas do tipo *1/2 club*. No acordo de 1951 o contingente desceu para 250 mil caixas e foram efectivamente exportadas naquele ano



Vista parcial de Castro Marim

apenas 25.000, ou 5 por cento da exportação realizada em 1950.

A França, que sempre enfileirou entre os nossos principais compradores, reduziu igualmente as suas importações, não só devido a dificuldades de meios de pagamento, como porque se viu forçada, sob a pressão dos interessados, a dar facilidades à conserva de peixe marroquina.

Assim, a exportação de conservas de sardinha, que foi no largo período que decorre entre 1933 e 1947 de 1.800.000 caixas de *1/4 club*, em média, desceu em 1948-1951 para um pouco mais de 1 milhão, o que corresponde a uma dimi-

nução de 44 por cento, tendo em 1949 sido inferior a 900 mil caixas, ou metade da média dos quinze anos decorridos entre 1933 e 1947.

Dadas as dificuldades em que presentemente se debate a quase totalidade dos países europeus e a falta de meios de pagamento, os respectivos Estados tornam as importações dependentes de licenças, que são distribuídas por organismos dependentes dos governos.

Como a distribuição de licenças é condicionada à disponibilidade de divisas, há largos períodos de paralisação nos negócios, que muitas vezes coincidem com os períodos das maiores necessidades do consumo, o que perturba a marcha normal das transacções e obriga a indústria a demoradas imobilizações, com as consequentes dificuldades financeiras.

Concedidas as licenças, surge uma oferta maciça e anormal por parte dos industriais, todos na ânsia de vender antes do seu concorrente natural, e daí uma perturbação entre os compradores, que, jogando com as dificuldades dos industriais e muitas vezes senhores das licenças de importação, fomentam a baixa e com ela uma forte especulação nas transacções. O industrial, dominado pelas suas próprias dificuldades, receoso de não conseguir colocar as suas mercadorias antes que seja preenchido o contingente ou termine a validade da respectiva licença, acentua a baixa e vende com prejuízo, provocando também, embora involuntariamente, novo afrouxamento nas transacções.

Daqui a permanente incerteza em que exerce a sua actividade. Fabrica sem prever antecipadamente quando vende, nem a que preço vende. A indústria transforma-se assim num verdadeiro jogo de azar.

Impõe-se, por consequência, uma acção atenta e permanentemente vigilante das autoridades responsáveis sobre o funcionamento dos acordos comerciais e sobre o cumprimento das obrigações contraídas de boa fé. Não basta assi-

nar acordos; é indispensável que se desenvolvam no quadro das previsões e com o respeito das respectivas cláusulas.

A exemplo do que se disse para o vinho do Porto, é de tentar uma maior expansão das conservas portuguesas nos mercados dos Estados Unidos da América, que consomem quantidades impressionantes de conservas e sempre demonstraram marcada preferência pelas nossas, por serem as de mais alta qualidade entre as suas similares, bem como pela conserva de enchovas; também não se vê outra forma de alcançar este objectivo que não seja através de uma propa-

Continua na 8.ª página

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Livros e Revistas

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira—A aparição, em todos os centros livreiros, de mais um fascículo, 310.º desta obra inigualável, fascículo que é o 10.º do volume XXVI, em conclusão próxima, vem lembrar como é enorme o esforço dos seus directores e editores, não só para dotar a cultura portuguesa de um instrumento de consulta imprescindível, mas também para tobrar o prodígio de oferecer ao mundo a Enciclopédia mais actualizada de quantas se têm publicado em qualquer idioma, factor que é capital nesta época estonteante de vertigem do progresso que, no campo científico e técnico, por exemplo, tem provocado o envelhecimento e inutilização das outras grandes obras do género espalhadas pelo mundo.

Acompanhado de lindas estampas em separado e profusamente ilustrado no texto, este belo fascículo inclui todos os vocábulos que a alfabetização coloca entre Saldanha (duques de) a salmão, entre os quais há artigos muito notáveis pelo seu desenvolvimento e importância como, por exemplo, Salina, pelo Prof. Vieira de Sá, e ainda: saldo, salé, Salerno, salesianos, salga, salgueiro, sállica (lei), salicílico e salicilatos, salinidade, Salisburly, salitre, saliva, salivação, salivares, etc., tudo perfeitamente actualizado e desenvolvido, com a chancela de elevação cultural que lhes dá o terem colaborado expressamente para este número, notabilidades da cravaria dos Professores Torre de Assunção, Abreu Figanier, Baeta Neves, João de Carvalho e Vasconcelos, Peres de Carvalho, Luis de Pina e Ferreira de Mira, os Drs. Travassos Valdez, António Sérgio, Pedro Godinho, Afonso Zúquete, Maria Franqueira, Barros Bernardo, Júlio Gonçalves, Francisco Fernandes, Celestino Gomes, Lyster Franco, Augusto Moreno, Brak-Lamy e Sousa Leite, e ainda o Padre Miguel de Oliveira, os Eng.ºs Almeida Fernandes e Silva Domingues, Cardoso Júnior, Novais Teixeira, Machado Faria, os Capitães Augusto Casimiro, Sousa Dias, Raúl Barreto e Mimoso Serra, Castro Lopes, Davide de Carvalho, Costa Leão e Lopes de Oliveira, publi-

cistas e técnicos que, pelo seu reconhecido mérito, dispensam quaisquer encômios.

Em boa hora a Editorial Enciclopédia, Lda., da Rua António Maria Cardoso, 33, de Lisboa, se lançou neste empreendimento gigantesco, e bem merece os parabéns e apoio de todos os portugueses, tanto mais quanto é certo que, mantendo os preços de venda avulso-mais baratos de todos os mercados, ainda mantém, também, a sua perfeita organização de venda da obra completa por pagamentos suaves, o que equivale a colocá-la ao alcance de todas as bolsas, pois o seu pagamento é escalonado por nada menos de trinta meses.

◆ **Plateia**—Recebemos o n.º 43 desta interessante revista de cinema, que, além de excelente colaboração, traz em separata uma foto colorida da artista Marina Bertí e um calendário para o corrente ano.

◆ **Bélgica**—Referente a Dezembro, recebemos o n.º 50 desta revista, dedicado ao rico e tão variado folclore belga.

◆ **O Enxoval da noiva**—Temos presente o n.º 23, referente a Janeiro, desta revista de rendas e bordados, tão útil para todas as senhoras.

◆ **Jornal Magazine da Mulher**—Recebemos o n.º 22 desta excelente revista de actualidades femininas. Na capa traz uma excelente foto de Laura Alves e Raúl de Carvalho extraída de uma cena da peça «A Fera Amansada», de Shakespeare.

◆ Pelos magníficos assuntos nela tratados, recomendamos a sua leitura aos nossos leitores.

Mecânico de automóveis

Precisa-se. Nesta Redacção se informa.

Tip. "Povo Algarvio"

Rua Dr. Parreira, 9 — TAVIRA

TRABALHOS TIPOGRÁFICOS FABRICA DE CARIMBOS
EM TODOS OS GÉNEROS DE BARRACHA

OBRA SIMPLES E DE LUXO
LIVROS — REVISTAS — JORNAIS

A COMPETIDORA

E' a casa de José Augusto Neves

Praça da República, 28-Rua Gonçalo Velho, 2, 4 e 4-A

Esta casa preza-se em ter o sortido mais completo de Lanificios, Algodões e Sedas. É a casa que mais sortido tem, que mais barato vende e que melhor serve os seus Ex.ºs clientes e amigos. Faça V. Ex.ª uma visita a esta casa para ver e crer como S. Tomé e apreciará as exposições feitas semanalmente nas suas montras, assim como a especialidade dos artigos que tem permanentemente. Agora, com um novo melhoramento, tem à vista o colossal sortido da sua selecta existência. O maior e mais completo sortido de Vestidos e Casacos para Senhora e Menina, Malhas, muitas malhas para inverno. Gabardines, Samarras, Canadianas, Trincheiras, Fazendas para fatos e Fatos feitos para Homem e Rapaz, Chapéus, Camisas Limpope, a melhor e mais fina camisa de colarinho anti-ruga, Pijamas, Pano, Flanelas, Cobertores de Lã e Algodão, etc., etc.

Tudo pelos preços mais módicos do mercado
Sobretudo pronto a vestir a 120\$00, preço único.

Instituto A. Cabreira

Sócio Benemérito Engenheiro Auxiliar José Maria dos Santos Júnior

Faleceu este tavricense ilustre, muito distinto Engenheiro Auxiliar, antigo e laureado aluno da Escola Sucursal do Instituto 19 de Setembro, em Tavira, e que, em Setembro de 1946, ofereceu a António Cabreira, dois ossos do heróico D. Paio Peres Correia, conquistador da cidade e seu glorioso antepassado. Eis a última carta recebida de José Maria dos Santos Júnior pelo beneficiado, que inaugurou o retrato do signatário na galeria de honra do seu histórico museu:

Ex.º Senhor Dr. António Cabreira

Venho agradecer, muito penhorado, a oferta, para mim tão simpática e por mim tão apreciada, do livro comemorativo da inauguração, no Jardim de Tavira, do bronze que ali ficou efígiando o sábio matemático, que só pode ser condescendentemente apreciado pelos altos grêmios científicos ou por pessoas de elevadíssima cultura, e o benemérito da Instrução, que todos nós conhecemos e admiramos.

Com vivo interesse, li o livro; e, na verdade, com desvanecimento e saudade, vi as referências a este antigo aluno da Escola Sucursal (do Instituto 19 de Setembro) de Tavira; (ambos os estabelecimentos de instrução gratuita, da fundação de António Cabreira). Ditoso tempo! Lembrome dos que ali foram meus professores. Recordo, especialmente, aquele que me ensinou os primeiros passos na Álgebra: o Coronel Francisco dos Anjos Marinho, por quem sempre senti muita estima.

Muito agradeço as repetidas atenções com que V. Ex.ª me trata na carta que recebi. Eu tive apenas uma feliz oportunidade de entregar uma prenda, — que era, é certo, há muitos anos, estimada na minha casa, como reliquia (de D. Paio Peres Correia), deixada por meu Pai, — à única pessoa que merecia recebê-la com legítimo e irrecusável direito. (António Cabreira é 15.º neto do conquistador de Tavira).

Desejo que a Providência conserve a V. Ex.ª a graça de uma perfeita saúde e os dons da excepcionalíssima inteligência. E subscrevo-me, com a mais elevada consideração,

Muito atentamente

a) José Maria dos Santos J.º

Tabela das Marés

Do ilustre Engenheiro Director da Junta Autónoma dos Portos de Sotavento do Algarve recebemos a oferta de dois exemplares das Tabelas das Marés para 1953, interessante e útil publicação que há 17 anos vem publicando aquele organismo.

Tão útil publicação encontra-se à venda em todas as livrarias. Agradecemos a gentileza da oferta bem como os amáveis cumprimentos que nos dirigiu.

Vendem-se

Tres moradias, em conjunto ou separadas, nas ruas das: Olarias, n.ºs 17, 19 e 21; das Capacheiras, n.ºs 34 e 36; a primeira com um quintal com 209,72 m² e a segunda com um quintal de 40,80 m² e uma outra na rua dos Mouros n.º 60. Recebem-se propostas em carta fechada dirigidas a Camilo Maria Trindade, rua Acácio Barradas n.º 9, Setúbal.

DOS LIVROS...

A Torre da Babilónia

Eis o título do volume n.º 39 da «Coleção Branca» apresentada desde há tempo pela Livraria Clássica Editora e que tem tido o êxito que merece, mercê das obras de autores estrangeiros em traduções cuidadas e originais de portugueses que da mesma fazem parte.

Da autoria de Daniel Grey e em tradução de João Semana, este romance em que são principais personagens Hilaria Marais, a misteriosa proprietária da «Torre da Babilónia» e o não menos misterioso Sarel Marsh, passará a ser, dentro em pouco, mais um romance da «Coleção Branca».

O que quer dizer que a sua aquisição e leitura serão disputadas por todos que apreciam a boa leitura e, dum modo geral, pelas senhoras a quem esta colecção é especialmente dedicada e que, valha a verdade, têm sido as suas principais propagandistas.

Por nós, desde já, aguramos-lhe o êxito a que tem jus e que não deve ser inferior, antes igual ou superior, ao conquistado por «Prémio de Beleza», «Lua de... fel», «Nadia», «Sol sobre a Neve», «Primeiro encontro» e «Começo agora a viver», que fazem parte da «Coleção Branca».

As meias coroas de prata

Mais um caso em que entra o inspector da Scotland Yard, French o que quer dizer que é um caso de grande interesse e emoção que Freeman Wills Croft soube aproveitar para escrever um romance que Natividade Gaspar traduziu e a Livraria Clássica Editora apresentou na sua colecção «Os melhores romances policíacos».

Duas raparigas assassinadas por um indivíduo que tem no braço desenhada uma foice purpúrea, um caso de jogo de fortuna e azar e mais uma série de acontecimentos a que a Scotland Yard tem de pôr termo, a bem do seu bom no-

me, através de um dos mais laboriosos e inteligentes agentes. Conseguiu-o? Fácil, dificilmente? É o que se verá...

O Papagaio de Ouro

Na colecção «Os melhores livros para crianças», acaba a Livraria Clássica Editora de publicar mais um volume (o XII), intitulado «O Papagaio de Ouro», da autoria de Jim Valpes, em tradução de Perestrello de Vasconcelos e com ilustrações de José Cambraia.

É uma narrativa muito interessante, em que o principal protagonista é uma criança de pouco mais de doze anos que deseja embarcar (e embarca) para a aventura da pesca do bacalhau, em substituição de seu pai, envenenado nas vésperas do embarque.

Mas o rapaz não quer abandonar o seu amigo favorito, um papagaio, que, afinal, é quem salva o pequeno e descobre o assassino (o pai chegou a salvar-se) do seu progenitor. Uma história encantadora, cuja leitura se recomenda a miúdos e graúdos.

O Trapeiro Russo

Na colecção «Orbe», acaba a Livraria Clássica Editora de editar «O Trapeiro Russo», de Artur Portela, uma série de histórias da vida, dramaticamente reais, como «O Trapeiro Russo», «Crime», «Último Pedido» e «O Roubo».

Ao citarmos quatro das histórias, não queremos de modo algum significar que são as melhores porque, com franqueza, achamos todas... melhores... desde «O Trapeiro Russo», o pobre Ivan, que nem no dia de Natal descansava, até à «Última Trincheira», uma tétrica história de guerra.

Agradecendo a A. M. Teixeira, Filhos, proprietários da referida Livraria por mais esta amabilidade da oferta de uma das suas edições, recomendamos, aos que gostam de ler o que é bom, o contacto com este livro.

GILÃO
SÉQUA

VINHOS DE MESA
BONS ENTRE OS MELHORES

MANUEL PIRES MATEUS

RUA ROQUE FÉRIA, 4 E 6

TELEFONE N.º 5

TAVIRA

Vendas por atacado e a retalho

Outono... Inverno!...

Para estas estações, podem V. Ex.ªs começar a defender-se, comprando os melhores e mais modernos artigos

As melhores, mais conhecidas e acreditadas marcas de calçado
PARA CAVALHEIRO:

ATLAS, NILO, HERCULES
PARA SENHORA:

EVA, GARBO, CINEFILO, LUSO

Formidável colecção de GABARDINES, de lã e impermeáveis para Cavalheiro, Senhora e Criança
Canadianas, Samarras, Casacos e Blusas de Cabedal, Safões de lã (alentejanos), etc.

Lindos casacos de peles para Senhora

Encantadores cortes para casacos de Senhora (últimas Novidades)

GRANDE SORTIDO DE FATOS PRONTOS A VESTIR:

em preto e de padrões diferentes, para Homem e Rapaz, a preços tentadores!

Guerreiros: É o chapéu da actualidade e que a prática recomenda o seu uso, não só pela sua qualidade como pela sua duração.

CASA UNIL Rua Estácio da Veiga, 19
TAVIRA

Teleg.: Casa UNIL Telefone n.º 114

A Corporação Pela Província de Bombeiros

(Continuação da 4.ª página)

Sendo assim, ousou perguntar: Estará a corporação, presentemente, dotada com eficiente pronto-socorro e auto-bomba? Disporá de escada Magirus, de ambulância, de automacac e do número suficiente de máscaras, de mangas, etc.? Terá qualquer material para socorros a naufragos? Ignoro, mas reconheço que a autoridade encarregada da manutenção dos bombeiros não pode, só por si, adquirir todo esse material. Mas pode suprir as deficiências, adquirindo, pelo menos, o estritamente necessário, bem como os acessórios imprescindíveis e mandando reparar, sistematicamente, os existentes.

Faltam as verbas precisas para esse fim? Recorra-se, então, à munificência particular, pela dádiva espontânea ou por qualquer outra fórmula de contribuição. Todos estamos sujeitos a carecer dos préstimos dos soldados da paz. Para isso, torna-se mister que todos contribuamos para a transformação do material dos bombeiros, sempre que essa medida seja necessária, e só assim eles poderão com mais eficiência zelar por todos nós.

O auxílio particular jamais foi negado a manifestações benéficas, e o problema dos bombeiros de Tavira, positivamente, encontrará eco em toda a população da cidade.

Têm-se organizado justíssimas festas a favor de associações de beneficência — oficiais e particulares —, de clubes, até mesmo de simples indivíduos, pois que se organizem também a favor dos Bombeiros de Tavira, cujos serviços são sempre preciosos. Dada a inviabilidade de um novo cortejo de oferendas, institua-se a semana da Corporação dos Bombeiros, com festas de beneficência e peditórios em todo o concelho, e aproveite-se a quadra carnavalesca, que se aproxima, e organize-se uma grande batalha de flores para o mesmo fim, a exemplo do que se faz noutras terras. Estamos certos que assim poderão reunir-se verbas para a aquisição daquele material que se julgar mais necessário, desafogando o encargo oficial, precioso noutras contingências da vida taviense.

Entretanto, acabe-se com o antiquado toque a rebate, audível só até onde a irreverência do vento permite, e adquira-se uma sereia própria, bem mais expressiva e de forte retumbância.

Facilitemos a missão dos bombeiros, auxiliando a sua Corporação como ela desinte-

Luz de Tavira

Movimento religioso das Freguesias de Luz de Tavira e de Santo Estêvão no ano de 1952:
Luz de Tavira — Baptismos, 60; Casamentos, 20; Óbitos, 31. Realizaram-se as festas do Corpo de Deus e comunhão solene de crianças; Nossa Senhora da Luz e de Nossa Senhora do Livramento.
Santo Estêvão — Baptismos, 7; Casamentos, 3; Óbitos, 11. Não houve festas durante o ano. — C.

Fuseta

Após doloroso e prolongado sofrimento, finou-se no passado dia 6 do corrente em Évora, onde residia, a Sr.ª D. Carolino dos Reis Bom, casada com o sr. António Ramos da Costa, funcionário superior da «Shell», e filha extremosa do sr. Francisco dos Reis Bom, industrial nesta localidade, e da Sr.ª D. Elvira Lopes Bom.
O corpo da desventurada senhora foi trasladado daquela cidade para jazigo do cemitério da Fuseta, donde a extinta era natural.
No cortejo fúnebre incorporaram-se pessoas de todas as camadas sociais, vindo-se grande número de senhoras.
A morte da desditosa senhora deixa mergulhados no mais profundo pesar os habitantes da Fuseta, de que ela era devotada amiga.
O correspondente do «Povo Algarvio» na Fuseta apresenta à família enlutada, em nome de toda a população desta terra, a mais sentida expressão de pesar. — C.

Santa Casa da Misericórdia de Tavira

AVISO

Faz-se público de que no dia 11 do corrente, pelas 10 horas, nesta cidade de Tavira e na Rua D. Anna, n.º 4, se procederá à venda de objectos e utensílios diversos, dados por incapazes e dispensáveis aos serviços desta Misericórdia.

Tavira, 10 de Janeiro de 1953.

O Provedor

(a) José E. Henriques de Brito
Cap. de Frag.

Agradecimento

A família de João Pedro Leiria, na impossibilidade de agradecer pessoalmente, por insuficiência de endereços, vem por este meio, agradecer a todas as pessoas que o acompanharam à última morada ou que, por qualquer outro meio, manifestaram pesar pelo seu falecimento.

O «Povo Algarvio» vende-se em Tavira na Tabacaria Santos.

ressadamente o faz, quando a infelicidade nos toca.

MARCO

Notícias Pessoais

Aniversários

Fizeram anos:

No dia 8 — Menina Maria Olga dos Reis Silva.

Fazem anos:

Hoje — Menino Luís Filipe Romeira Canseira.

Em 13 — D. Maria Luísa da Trindade Franca, D. Maria Laura de Abreu Fernandes dos Santos, D. Maria Adelina Costa, D. Lilia de Fátima Valente Padinha Rosado e sr. José Nicolau da Palma.

Em 14 — Menina Maria Luísa Martins Viegas Cesário, srs. Eduardo Baptista Regato e José Abecassis Reis Pereira de Resende.

Em 15 — D. Rita da Encarnação Felisberto, D. Maria Ivone Jacinto Fernandes de Figueiredo e Dr.ª D. Maria João Amaro Correia.

Em 16 — D. Herminia dos Mártires Carvalho Peres e sr. João Filipe de Brito.

Em 17 — D. Estela Lemos Soares de Matos, D. Virginia Amélia Guimarães Chaves Ramos, D. Adélia dos Prazeres Pereira Padinha e sr. Manuel de Jesus Ribeiro.

Partidas e chegadas

Vimos nesta cidade o nosso conterrâneo sr. Dr. Humberto Avó, médico, residente em Lisboa.

— Com sua esposa e filha, veio a esta cidade passar o Natal com sua família o nosso prezado amigo sr. Engenheiro Rui Palermo Ferreira, residente no Porto.

— Foi à capital o sr. José Joaquim Gonçalves, escriturário da Casa do Povo da Conceição.

— Com sua esposa, esteve em Tavira, passando a quadra festiva, o nosso conterrâneo e amigo sr. Ofir Gomes Panito, funcionário do Instituto Nacional do Trabalho, em Beja.

— Com sua filha, foi à capital a sr.ª D. Irene Santana Cordeiro, esposa do nosso prezado amigo sr. Alfredo Augusto Cordeiro, gerente da Empresa de Publicidade Algarve, Ld.ª.

— Foi à capital o nosso prezado amigo sr. Dr. Martiniano Pereira dos Santos, médico, nesta cidade.

— Já partiu para a sua casa, em Lisboa, o sr. Engenheiro Sebastião Ramirez, ilustre deputado pela nossa província.

— Também já regressou a Lisboa o sr. Tenente Coronel José de Sousa Rosal Júnior, ilustre deputado pelo Algarve que veio passar o Natal em Loulé, com sua família.

— Foi à capital, onde já regressou, o sr. Herculano Silvério da Rocha, regente da Banda de Tavira.

— Com sua esposa, regressou da capital o sr. José Filipe Ribeiro, agente técnico de Engenharia.

— Também, com sua esposa, regressou da capital o sr. Capitão Jorge Ribeiro, presidente da Câmara Municipal de Tavira.

— Foi a Lisboa, o nosso assinante, sr. José Augusto Parreira, residente nesta cidade.

— Partiram para Lisboa, Mlles. Maria Artemisia Parreira e Maria Eduarda Parreira, residentes nesta cidade.

— De visita à sua tia, sr.ª D. Etelvina Caleça Ribeiro, esteve nesta cidade o sr. Augusto Teodoro Bandeira, proprietário, residente em Lisboa.

— De visita a sua tia, que se encontra doente, está nesta cidade a sr.ª D. Fernanda Marçal Rodrigues esposa do nosso prezado amigo sr. Engenheiro Francisco António Rodrigues, director da Fábrica das Gaivotas, residente em Lisboa.

Registo de Nascimento

No passado dia 7 do corrente, foi registado na Conservatória do Registo Civil, desta cidade, um filho do sr. António Luís dos Santos, empregado de escritório, e da Sr.ª D. Laura Arcaño de Abreu Fernandes dos Santos. O neófito, que recebeu o nome de Luís Eduardo de Abreu Fernandes dos Santos, foi apadrinhado pela Sr.ª D. Palmira Alexandra Mateus, professora do ensino secundário, e pelo sr. Luciano António Graça Sancho, empregado de comércio.

Casamentos

No dia 4 do corrente, na paróquia de Santa Catarina, realizou-se o enlace matrimonial do sr. Francisco José Rodrigues de Abreu natural de Tavira, com a sr.ª D. Maria José da Conceição, natural de Santa Catarina, filha do sr. Manuel João, sargento do Exército, aposentado, e da sr.ª D. Custódia da Conceição.

Apadrinharam o acto, por parte do noivo, o sr. Francisco do Nascimento, motorista, e o sr. José de Freitas, proprietário; e, por parte da noiva, sua irmã sr.ª D. Rosa da Conceição e a sr.ª D. Maria Viegas. Aos conjugues, que fixaram residência em Tavira, desejamos muitas felicidades.

Doente

Encontra-se gravemente enfer-

Por esse Mundo fora... Dos Livros...

Um segredo e dois crimes

Continuação da 1.ª página

Está agora encarregado de tal René Mayer, radical e várias vezes ministro.

Numa encíclica publicada com o título de «Orientales Ecclesias», o Sumo Pontífice dedica palavras especiais de sentido estruturalmente paternal às igrejas orientais e pede a Deus esclarecimento para os responsáveis pelas perseguições de que têm sido vítimas.

Numa mensagem dirigida ao povo espanhol, o generalíssimo Franco referiu-se aos principais acontecimentos relacionados com a vida do País, tanto no aspecto interno como no externo, e disse que só agora, após anos de desilusões e decepções, alguns países reconhecem o perigo mundial do comunismo.

Segundo Truman, embora não deseje fazer predições, as possibilidades de alcançar a paz e pôr fim à guerra fria em todo o Mundo são maiores agora do que há um ano. Acrescentou que as razões da sua opinião não são susceptíveis de serem tornadas públicas.

Círculos oficiais norte-americanos anunciam que as negociações hispano-americanas sobre a cédência de bases navais e aéreas chegaram à fase final, faltando, no entanto, resolver questões apenas de pormenor. Não se sabe, todavia, se a assinatura do acordo se fará antes ou depois da posse do novo Presidente.

As repúblicas sul-americanas Honduras, Dominicana, Costa Rica, Peru, Paraguai, Panamá, Equador, Nicarágua e Salvador enviaram um apelo oficial à Espanha para que apresente a candidatura da sua admissão como membro da Organização das Nações Unidas.

Imparcial

ma a sr.ª D. Joana do Carmo Marçal, proprietária, nossa assinante, residente nesta cidade.

Necrologia

No dia 6 do corrente, faleceu nesta cidade a sr.ª D. Maria da Conceição Padinha, viúva, de 70 anos de idade.

A extinta era mãe da sr.ª D. Salsina Padinha Barão e nora do sr. José Pedro Barão Júnior, funcionário da Caixa Geral de Depósitos, nesta cidade.

O seu funeral realizou-se na tarde de 7 do corrente.

A família enlutada endereçamos sentidos pêsames.

RELÓGIOS

A aquisição de relógio que não seja de marca garantida, o prejuízo é total!

Das seguintes marcas toma-se inteira responsabilidade, não só na qualidade como no preço, quer tabelado quer não, o que casa alguma pode competir devido aos habituais descontos sobre as condições de compra:

Internacional Watch, Omega, Tissot, Zenith, Cortebert, Amyria, Sergines, Aureos, Cyma, Zoty, Sorel, Zinal, Record, Titus, Longines, Watez, Viergines, Titan, Douglas, Argus, Dogma.

Ourivesaria Mansinho
TAVIRA

Já V. Ex.ªs provaram o vinho da marca

NAMORADO?

Não esqueçam de o fazer, porque certamente passará a ser o vosso Vinho preferido.

Delicioso em aroma e paladar

Sempre o mesmo tipo e a mesma qualidade de vinho em Branco, Tinto e Abafado

“NAMORADO”

é a marca registada da firma J.A. Pacheco, de Olhão

Avenida da República, 202

A' VENDA EM TODOS OS SEUS DEPÓSITOS

Continuação da 5.ª página

ganda bem executada e inteligentemente realizada; uma propaganda conjunta das conservas e dos vinhos do Porto, embora com características naturalmente muito diferentes, permitiria talvez uma economia nos gastos ou, para a mesma despesa, uma maior eficiência. Outras questões necessitam de resolução.

É urgente uma revisão dos actuais e pesados encargos — fiscais, sociais, corporativos, taxas diferentes, etc. — que pesam sobre a indústria, alguns dos quais foram estabelecidos quando a indústria se desenvolvia com certo desafogo, e reduzi-los sensivelmente.

Há que abandonar o antiquado sistema da venda de

ainda que fique livre o mercado interno à concorrência, se deveria ir para a organização do comércio externo, monopolizando-o todo um centro exportador de conservas, formado pelos industriais interessados na exportação.»

Decorridos vinte e um anos, a orientação que então tão lúcidamente foi traçada à indústria das conservas de peixe mantém a mesma oportunidade e contém, em si mesmo, a solução para as dificuldades que novamente a afligem.

Confio na acção do Governo, e designadamente em S. Ex.ª o Ministro da Economia, a cuja competência e desejo de servir presto a minha sincera homenagem (apoiados), para que intervenha, com as medi-



Uma vista da Serra e um trecho de Monchique

peixe em lota, fixando acordos sobre preços entre industriais e armadores.

Impõe-se caminhar para normalização dos formatos, fixando as respectivas características.

O comodismo a que os industriais se têm abandonado ajuda a aumentar as suas próprias dificuldades.

Não devem esquecer que a organização foi criada para a defesa dos seus legítimos direitos e interesses, e os dirigentes do Instituto devem ter sempre presente que este só poderá prestigiar-se enquanto realizar devotadamente os objectivos que presidiram à sua criação.

Dentro de pouco tempo a organização corporativa da indústria das conservas de peixe atingirá os vinte e um anos, que constituem a maioridade dos indivíduos, e será já tempo de que a indústria, por seu lado, e a organização, por outro, se compenetrem das responsabilidades que mutuamente lhes cabem.

Dada a desorganização que continua a dominar a actividade industrial, sente-se a necessidade de uma nova disciplina na indústria, que permita salvá-la, e recordarei com emoção o conselho autorizado de S. Ex.ª o Doutor Salazar, quando, como Ministro das Finanças, publicou em Dezembro de 1931 o seu notabilíssimo trabalho sobre o inquérito que pessoalmente realizou aos centros conserveiros:

«Parece-me que desde já,

das que as circunstâncias impõem, em favor do vinho do Porto e das conservas de peixe, e tenho fé em que, como em outras circunstâncias semelhantes, ambas as actividades sairão em breve da crise em que se debatem, para seguirem o caminho da prosperidade, com vantagens para os milhares de portugueses que lhes estão afectos e também com beneficio indiscutível para a economia nacional.

É tempo de terminar. Agradeço muito sensibilizado a generosa deferência com que os Srs. Deputados acompanharam esta demorada e descolorida exposição (não apoiados) e lamento sinceramente não ter sabido acompanhar, em brilho, os ilustres oradores que me precederam nesta tribuna.

Dou, com o meu aplauso, o meu voto à proposta sobre o Plano de Fomento, apresentado pelo Governo, com a certeza de que no desenvolvimento da acção que vai ser realizada se corrigirão as pequenas deficiências que porventura uma crítica meticulosa possa descortinar e com a esperança de que a obra excederá grandemente, em volume e em eficiência, aquilo que mesmo com optimismo já visionamos.

Disse o Doutor Salazar em Coimbra:

«As questões económicas e sociais não são hoje o primado absoluto como exigem, em cada país, unidade de pensamento e unidade de acção.»

GAZETILHA

Discos voadores?

*Noticias sensacionais
Vêm a lume nos jornais,
Com todos os pormenores;
Só agora, p'lo que vejo,
Passaram p'lo Alentejo
Os tais discos voadores!*

*Por cá, não é novidade,
Já passaram na cidade
A voar, sempre a voar,
Discos dos mais variados,
Que, às vezes, são recordados
Como os que passo a citar:*

*Tudo o que passa a correr
E não voltamos a ver
Jamais em nosso redor,
Que nos causou sensação,
Por exemplo, o orfeão
Era um disco voador...*

*E até o f'riado nosso,
Esquecê-lo é que não posso,
Porque ele era acolhedor...
Isto, enquanto foi em Maio;
Mas passou para o D. Paio,
Foi um disco voador...*

*Até a secção ciclista
Do Ginásio mais a pista
E todos os corredores,
Cá no meu fraco entender,
Eu sou forçado a dizer
Que eram discos voadores...*

*Tudo o que passa por nós,
Que é luminoso e veloz,
É mais que certo, leitor,
E, pela força da métrica,
A nossa Central Eléctrica
Era um disco voador...*

ZÉ DA RUA

Pela Cidade

Santa Casa da Misericórdia de Tavira — Serviços clínicos no mês de Janeiro:

Enfermarias — Drs. Carlos Palma e Ramos Passos.

Consulta externa — De 1 a 15, Dr. Carlos Palma, das 9 às 10 horas. De 16 a 31, Dr. Ramos Passos, das 17 às 18 horas.

Cirurgia Geral — Consultas em 3 e 17, Drs. Fausto Cansado e Renato Graça.

Oftalmologia — Consulta em 11, Dr. May Viana.

Profilaxia mental — Consulta em 28, Dr. Manuel da Silva, das 9 às 12 horas.

Farmácia de serviço — Está de serviço urgente durante a presente semana a Farmácia Sousa.

AVISO

Previnem-se todas as pessoas de que não tomo a responsabilidade por dívidas contraídas ou actos praticados por meu marido, Joaquim Catarino Vidal, natural de Conceição, concelho de Tavira, e residente em Alcoutim, do qual vivo separada há cinco anos, aproximadamente.

Alcoutim, 6 de Janeiro de 1953.

A rogo de Maria dos Prazeres Pilar por não saber escrever — José Romão Vidal.

(Segue reconhecimento)

Agradecimento

A Comissão das Festas da Senhora do Livramento vem, por este meio, agradecer a todas as pessoas que, de qualquer maneira, concorreram para a realização das mesmas e, bem assim, a esmola de 500\$00 de um anónimo, encontrada no receptáculo.

A Comissão.

Não duvido de que o Conselho Económico, que agora vai ser criado, desenvolverá o seu trabalho na subordinação a este lema.

Tenho dito.

Problemas cívicos

A Corporação dos Bombeiros de Tavira

O LEMA «Vida por Vida» é duma tão grande beleza moral que todos deveríamos tê-lo presente, não esquecendo nem rebaixando o valor dos bombeiros. Pelo contrário, impõe-se como dever da sociedade acarinharem esses destemidos defensores do património social. Educados em princípios do mais profundo altruísmo, habituam-se a amar o semelhante, a respeitá-lo, a defendê-lo, arrostando os maiores perigos e encontrando por vezes, no cumprimento desse dever, a própria morte. Os exercícios preparatórios, arriscados, exaustivos e

continuados, dão-lhes a experiência, o calo para enfrentarem todos os sinistros, e extraem-lhes quaisquer resíduos de temor que porventura possam conservar.

O que muitas vezes dificulta a boa missão dos bombeiros não é a escassez daqueles preditados. Os piores senões das corporações de bombeiros são a falta de acessórios e viaturas sólidas, afinadas, rápidas. Não é com material em mau estado e carros velhos, de modelos antiquados, preparados com enxertos de proveniência duvidosa, que se consegue um rápido e eficiente ataque a um sinistro e consequente recuperação de haveres ou salvamento de vidas preciosas, a despeito da boa vontade dos bombeiros e do seu indefectível espírito de sacrifício.

A vida moderna é feita de rapidez, e as cidades, as vilas, as próprias aldeias acompanham-na, progredindo, dia a dia, num dilatamento que não pára. Os saldos fisiológicos crescem, ano após ano, o património individual multiplica-se; e, para dar-lhes vasão, alargam-se os aros populacionais, alongando-se os caminhos onde a vida palpita, e os bombeiros não podem fixar-se, estagnar em face desse enorme alastramento da sua área de vigilância e defesa das vidas e dos haveres.

Consequentemente, as corporações, perante a multiplicidade dessas áreas, têm forçosamente de acompanhar a rapidez do progresso, renovando o material e adquirindo novas fórmulas de prevenção, de combate e de extinção de sinistros.

* * *

Não sou cidadão de Tavira, mas amo a cidade que me dá guarida e o pão que me escasseava noutras paragens. Sinto, portanto, as suas necessidades, todos os seus problemas, como se aqui tivesse nascido, e confrange-me o coração ouvir, por vezes, em certos sectores, acres comentários a tudo que diz respeito à princesa do Gilão. E de todos esses comentários, um fere mais particularmente a minha sensibilidade: é quando se trata da vida da Corporação dos Bombeiros de Tavira. Não conheço a orgânica que rege os destinos dessa corporação. Nem para dedicar-lhe a minha simpatia interessa conhecê-la. Simplesmente, lamentarei que os simpáticos soldados da paz, para cumprirem com êxito os seus mandamentos, tenham de lutar com os contratempores resultantes da possível escassez de viaturas, porventura desusadas, e das deficiências do restante material que, segundo se rumoreja, encontra-se em estado pouco satisfatório.

A acção corrosiva do tempo e o uso contínuo são factores que influem grandemente para o desgaste do material. A situação geográfica de Tavira, aos altos e baixos, e a do resto do concelho, servido por caminhos de pisos irregulares, contribuem imenso para um duplicado acréscimo de esforço do material e consequente estrago do mesmo.

(Continua na 7.ª página)

O Carnaval de LOULÉ

Loulé realiza há 40 anos os mais interessantes festejos por alturas do Carnaval, sendo hoje conhecidas por todo o País a graça, elegância e distinção que as suas Batalhas de Flores alcançam.

Dá-se a coincidência de se realizarem estas festas na altura em que as amendoeiras estão em plena floração no Algarve, de forma que os milhares de turistas, atraídos a esta província por tão notável atracção, podem beneficiar dos dois sugestivos espectáculos.

A Mesa da Santa Casa da Misericórdia é a promotora destas tradicionais festas, que revertem em favor do seu cofre, e está empenhada em que elas adquiram maior brilho e entusiasmo para que correspondam à larga propaganda que se faz das mesmas pelo País e Andaluzia.

Este ano um dos números mais sensacionais do programa consiste na Parada das Rainhas, constituída por 9 rainhas e 36 princesas, que tomam lugar em nove carros triunfais, representativos das diversas freguesias do concelho.

Estas rainhas e princesas foram eleitas durante os concursos realizados na última Feira Popular. Além destes nove carros triunfais tomam parte nos festejos mais cerca de 30 outros, ornamentados a rigor e tripulados, igualmente, por lindas raparigas. Estas festas têm o patrocínio e a protecção do Secretariado da Propaganda Nacional.

VENDE-SE

Uma courela de terra, no sítio do Laranjeiro, freguesia de Moncarapacho, que consta de terra de sequeiro, com vários arvoredos.

Uma courela de terra, no sítio de Quatrim do Sul, freguesia de Moncarapacho, que consta de terra de sequeiro, vários arvoredos e casas de moradia.

Estas propriedades são pertença de Virgílio Manuel Soares Dias, morador na Luz de Tavira.

Recebe propostas em carta fechada, até ao dia 31 do corrente o Advogado Eduardo Mansinho, com escritório em Tavira, reservando o direito de não entregar se a proposta mais alta não convier.

Júlio Sancho

Médico-Radiologista

RADIODIAGNÓSTICO-TOMOGRAFIA—TRATAMENTOS ELÉCTRICOS—ONDAS CURTAS—ULTRA-SONS
Clática, lumbago, artrose deformante, nevralgias, etc.

CONSULTÓRIOS
FARO—PORTIMÃO tefs. 368